



City Research Online

City St George's, University of London

Citation: Greer, C. & McLaughlin, E. (2012). Julgamento Pelos Media: Policiamento, Ambiente Mediatico das Noticias 24/7 e a Politica da Indignacao (Portuguese translation of 'Trial By Media: Policing, The 24-7 News Mediasphere, And The Politics Of Outrage'). Comunicação & Cultura, 14, pp. 23-57.

This is the published version of the paper.

This version of the publication may differ from the final published version. To cite this item please consult the publisher's version.

Permanent repository link: <https://city-ref-test.eprints-hosting.org/id/eprint/17246/>

Copyright and Reuse: Copyright and Moral Rights remain with the author(s) and/or copyright holders. Copies of full items can be used for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes without prior permission or charge, unless otherwise indicated, provided that the authors, title and full bibliographic details are credited, a hyperlink and/or URL is given for the original metadata page and the content is not changed in any way. For full details of reuse please refer to [City Research Online policy](#).

«Julgamento pelos *media*»

Policiamento, ambiente mediático das notícias 24/7 e a «política da indignação»

CHRIS GREER *

EUGENE MCLAUGHLIN **

Introdução

Este artigo analisa o «julgamento pelos *media*» que antecedeu a decisão drástica de Sir Ian Blair de se demitir do cargo de comissário da Polícia Metropolitana de Londres, no dia 2 de outubro de 2008. O nosso interesse vai para os «momentos fatídicos» (*fateful moments*, Giddens, 1991) que caracterizaram as relações entre Blair e os meios de comunicação social durante a sua permanência no cargo, centrando-se a nossa análise empírica na reação jornalística à sua declaração de 2005, em que afirmara que: (a) os *media* são culpados de «racismo institucional» na cobertura que fazem dos homicídios; e (b) os homicídios das jovens de 10 anos Holly Wells e Jessica Chapman em Soham, em 2001, terão recebido níveis desproporcionadamente elevados de atenção nos meios de comunicação social.¹ Estas afirmações causaram incómodo nos meios de comunicação, já de si antagónicos. A reação esmagadoramente hostil e progressivamente coletiva dos jornais foi determinante para estabelecer a «estrutura inferencial» dominante (Lang & Lang, 1955), que definiria Blair como «dado a gafes». Este facto viria a destruir a sua posição na «hierarquia da credibilidade» (Becker, 1967), constituindo um ponto de viragem no seu comissariado. Não queremos com isso dizer que Sir Ian Blair tenha sido afastado do cargo exclusivamente em consequência da hostilidade dos

* Professor de Sociologia e Criminologia da City University London e codiretor do Centre for Law, Justice and Journalism.

** Professor de Criminologia da Universidade de Southampton.

meios de comunicação social. Defendemos antes que foi a intensa combinação da política de informação metropolitana, da política partidária e da política da polícia que acabaria por tornar o seu comissariado insustentável.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: começamos pela revisão das conceptualizações dominantes do «relacionamento especial» entre os meios de comunicação social e a polícia, com especial incidência nos chefes de polícia. Aplicamos os dois conceitos teóricos determinantes de «estruturas inferenciais» (Lang & Lang, 1955) e de «hierarquia da credibilidade» (Becker, 1967), que pensamos serem pouco usados na investigação atual. Sugerimos que, em conjunto, estes conceitos constituem um quadro teórico sólido, no qual as relações correntes entre os *media* e a chefia da polícia podem ser exploradas e compreendidas. No entanto, estas noções necessitam de ser repensadas no contexto de um ambiente mediático de emissão contínua de notícias – 24 horas por dia, sete dias por semana. Em segundo lugar, identificamos algumas das características deste ambiente, centrando-nos em particular nas transformações das esferas interligadas dos *media*, da política e do policiamento, que simultaneamente desestabilizam e reconstituem as relações entre os *media* e a chefia da polícia. Com base em trabalhos teóricos anteriores (Greer & McLaughlin, 2010), introduzimos outro conceito-chave, o de «julgamento pelos *media*», como um exemplo da manifestação destas transformações e da sua interseção, e ainda como indício visível da crescente «política da indignação» nos *media*. Em terceiro lugar, ilustramos o impacto concreto dessas transformações através de uma análise empírica do «julgamento pelos *media*» de Sir Ian Blair em *prime time*, o que, como defendemos, prejudicou a sua reputação e conduziu a um processo de perda de legitimidade, fatores que foram cruciais para tornar inoperante o seu comissariado. Por fim, voltamos ao nosso quadro teórico, para desenvolver uma especificidade sociológica do problema geral subjacente: enquanto os estudos anteriores concluíam repetidamente que o equilíbrio do poder definitório nas notícias sobre o crime e a justiça recaía na polícia, hoje em dia é possível afirmar que esse poder está cada vez mais do lado dos *media*, que emitem informação continuamente, 24 horas por dia, sete dias por semana.

Fundamentos teóricos: as relações entre os *media* e a chefia de polícia

São surpreendentemente poucos os estudos sobre as relações entre os *media* e a chefia de polícia. No entanto, é possível extrapolar a partir de estudos mais gerais sobre as relações entre os *media* e a polícia, adaptando e desenvolvendo

os quadros teóricos que esses estudos empregam. Dois conceitos têm figurado em maior ou menor grau na investigação existente: «estruturas inferenciais» (Lang & Lang, 1955) e «hierarquia da credibilidade» (Becker, 1967). Lang & Lang (1955) desenvolveram o conceito de «estruturas inferenciais» para explicar como o mesmo conteúdo de notícias políticas pode assumir múltiplas configurações, estabelecendo enquadramentos seletivamente representativos de entendimento, que condicionam o modo como os responsáveis noticiosos e o público interpretam a história. Em última análise, o que estes entendem ser uma «abordagem inadvertidamente tendenciosa» dos jornalistas pode determinar as ideias em circulação através do relato noticioso, podendo ainda «influenciar as definições públicas numa determinada direção» (Lang & Lang, 1955: 171). Enquanto Lang & Lang (1955) não consideram a influência desigual das fontes noticiosas no estabelecimento e manutenção de «estruturas inferenciais», a «hierarquia da credibilidade» de Becker (1967) facilita uma leitura mais ideológica do poder de definição. O seu modelo propõe que em qualquer sociedade se pressupõe que são as elites dominantes quem tem o poder de «definir como as coisas realmente são» (1967: 241). Uma vez que a atribuição de credibilidade e a autoridade estão intimamente ligadas aos costumes de uma sociedade, esta ideia assume uma «qualidade moral» (Becker, 1967: 241). Quem está no topo da «hierarquia da credibilidade» exerce uma maior influência definitória do que os grupos subordinados e tem assim a vantagem de ver circular as suas ideias no discurso público.

Estes conceitos estiveram no centro de estudos fundamentais nos anos de 1970, que se debruçaram sobre a forma como a distribuição desigual de acesso e influência dos meios noticiosos, a orientação ideológica dos jornalistas e das fontes e ainda a politização da lei e da ordem contribuíram para a reprodução da «ideologia dominante» (Chibnall, 1977; Hall *et al.*, 1978; ver também Halloran *et al.*, 1970). Para Hall *et al.* (1978), as notícias sobre crime e justiça eram moldadas por fontes da elite que representam e controlam coletivamente o poder institucional – todos os que se encontram no topo da «hierarquia da credibilidade» de Becker (1967). A polícia era vista numa posição de vantagem estrutural e cultural no estabelecimento da «definição primária» – um conceito que se inspira em parte na leitura de Halloran *et al.* (1970) das «estruturas inferenciais», e que viria subsequentemente a definir a agenda para o debate futuro. Os dados então disponíveis sugeriam que, apesar de poder ser contestada a perspetiva da polícia, a assimetria de poder no processo de comunicação implicava que raramente esta contestação pudesse ser significativa, ou aquela perspetiva fundamentalmente alterada. Estudos posteriores confirmaram o estatuto da polícia como uma força central de definição da agenda noticiosa sobre o crime (Ericson *et al.*, 1989, 1991;

Schlesinger & Tumber, 1994). Os chefes de polícia, no seu papel de «conhecedores autorizados», tinham assim uma posição particularmente privilegiada no seio da «hierarquia da credibilidade».

Na nossa opinião, terão sido razões de moda que levaram a que as noções de «estruturas inferenciais» e de «hierarquia da credibilidade» tivessem desaparecido dos estudos mais recentes, apesar de continuarem a ser muito pertinentes, dada a trajetória conceptual desse trabalho. No contexto norte-americano, por exemplo, Manning (2001) registou a tendência que os meios de comunicação social têm para atribuir o estatuto de celebridade aos chefes de polícia das «grandes cidades». Manning demonstra ainda como, numa cultura atraída pelo escândalo e pela «política do espetáculo», os chefes de polícia são considerados celebridades; figuram frequentemente nos títulos da imprensa e podem ser facilmente promovidos ou derrubados pelos meios de informação de forma dramática e digna de notícia. William Bratton é provavelmente o exemplo mais paradigmático deste estatuto de celebridade, não só nos EUA, mas também num âmbito global (ver Bratton, 1998). No contexto do Reino Unido, Loader & Mulcahy (2001a: 42) conceptualizaram os chefes de polícia como «agentes culturais», detentores do poder simbólico para «apropriar», «enquadrar» ou «controlar» questões específicas do interesse público» (ver também Reiner, 2000). No entanto, como Loader & Mulcahy (2001a, 2001b) também reconhecem, os chefes de polícia atuais no Reino Unido deparam-se com uma tarefa muito mais complexa na sua interação com uma esfera pública multimediatizada. Este fenómeno traz duas consequências importantes. Em primeiro lugar, a crescente consciencialização de que a cobertura mediática negativa pode abalar a confiança do público no policiamento conduziu ao investimento alargado em estratégias de comunicação de risco, concebidas para favorecer a perspectiva da polícia na cobertura noticiosa (Mawby, 2002; Chermak & Weiss, 2005; McLaughlin, 2007). Em segundo lugar, toda uma geração de chefes de polícia britânicos trocaram o destaque público pelo poder político. A «voz da polícia de elite» no Reino Unido tornou-se uma corporação (Loader & Mulcahy, 2001b: 259). Consequentemente, o chefe de polícia de opiniões fortes foi, em teoria, substituído pelo diretor politicamente prudente.

Sugerimos que estas transformações profissionais e políticas foram acompanhadas por mudanças paralelas igualmente significativas no âmbito dos meios de comunicação, que não têm sido suficientemente teorizadas e investigadas. A influência combinada destas mudanças aumenta a probabilidade de a instituição policial e os chefes de polícia, como Sir Ian Blair, serem sujeitos a um escrutínio jornalístico intenso e crítico. Nas secções a seguir, identificamos algumas

destas transformações fundamentais, e relembramos e repomos os conceitos clássicos de «estruturas inferenciais» e de «hierarquia da credibilidade» no contexto de um ambiente mediático de emissão contínua de notícias, 24 horas por dia, sete dias por semana. O objetivo é desenvolver um quadro teórico que permita estudar as relações atuais entre meios de comunicação social e a polícia, e compreender o «julgamento» de Sir Ian Blair pelos meios de comunicação social.

Novos contextos: re teorização das relações entre os meios de comunicação social e a chefia de polícia

Os chefes de polícia dos nossos dias têm de operar no seio de um ambiente de informação e comunicação que difere radicalmente das condições mais estáveis e previsíveis conceptualizadas em estudos anteriores. Para a nossa investigação, a dimensão mais importante deste ambiente multifacetado é a emergência de meios de comunicação que noticiam 24 horas por dia, sete dias por semana. A proliferação de plataformas, *sites* e formatos noticiosos precipitou uma «convergência digitalizada de imagens em movimento, texto, som e arquivo» (Marr, 2010). Esta mudança ocorreu paralelamente à «explosão de novas fontes noticiosas, ou de *produtores de conteúdo*» (Pavlik, 2008: 79, ênfase no original; Deuze, 2008; Fenton, 2009). A concorrência crescente atribui uma maior relevância a *notícias instantâneas, personalizadas e exclusivas*, pondo em causa as distinções entre «meios generalistas» e «tabloides», notícias «*hard*» e «*soft*», «notícias» e «entretenimento», e afetando a orientação tradicional dos meios de comunicação no sentido das «hierarquias de credibilidade».

Em segundo lugar, a pluralização e a profissionalização de possíveis fontes de «notícias de policiamento» gerou uma multiplicidade de «trabalhadores do conhecimento» (Ericson & Haggerty, 1997: 19) com acesso a informação com potencial «noticioso» que pode corresponder ou não à perspetiva oficial da polícia. A diversificação de «vozes da polícia» torna difícil a comunicação de um ponto de vista autorizado por parte da polícia, dificultando ainda o estabelecimento de uma «estrutura inferencial» dominante nos meios de comunicação.

Em terceiro lugar, enquanto as notícias e comentários sobre a polícia provinham historicamente de um pequeno grupo de jornalistas especializados (Chibnall, 1977; Schlesinger & Tumber, 1994; Reiner, 2000), hoje em dia os editores políticos, os grandes repórteres, os colunistas e os comentaristas – o novo *commentariat* – demonstram grande entusiasmo em arriscar as suas opiniões. Esta expansão e diversificação pode ser explicada em parte pela redução dos

orçamentos para a informação e ainda pela exigência relativa aos profissionais seniores e principais comentadores para que expandam os seus trabalhos, de modo abranger um maior leque de tópicos (Mawby, 2010). Contudo, a nosso ver, este fenómeno está também ligado a uma mudança cultural mais abrangente.

A quebra de confiança na autoridade institucional, que vem sendo amplamente referida, (Fukuyama, 2000; Dogan & Seid, 2005; Beck, 2006), manifesta-se no aparecimento daquilo a que chamamos, com certo cinismo, uma «política da indignação». Esta «política da indignação» é simultaneamente expressa e ampliada em meios de comunicação progressivamente adversários. Os jornais orientados para o mercado, sobretudo no Reino Unido, tendem a organizar campanhas de apoio e manifestações contra os poderosos nas instituições, podendo para tal recorrer a um leque sem precedentes de fontes noticiosas, tanto profissionais como amadoras. A adesão a uma «estrutura inferencial» baseada na deferência e reforçando as «hierarquias de credibilidade» estabelecidas não aumenta o número de vendas. Já a promoção de «estruturas inferenciais» adversárias e o fabrico da discórdia contribuem para um aumento das vendas (Protess *et al.*, 1991; Sabato, 1993; Sabato *et al.*, 2000; Barnett, 2002; Lloyd, 2004; Milne, 2005; Machado & Santos, 2009). Quando a oposição entre os meios de comunicação, por um lado, e a emergência de «políticas da indignação», por outro, se combinam de uma forma coerente e coletiva, o «ataque jornalístico» rotineiro pode evoluir para um pleno «julgamento pelos *media*».

Julgamento pelos *media*

A noção de «julgamento pelos *media*» tem surgido apenas esporadicamente no debate jornalístico e académico, pelo que não existe muito trabalho teórico ou empírico a que possamos recorrer (Hutton, 2000; Thompson, 2000; Williams & Delli Carpini, 2000; Grochowski, 2002; Jenkins, 2006; Greer & McLaughlin, 2007; Hastings, 2007; Linklater, 2007). Para efeitos deste artigo, definimos o «julgamento pelos *media*» como um processo dinâmico e de grande impacto liderado pelos meios de comunicação social, através do qual os indivíduos – que podem ou não ser conhecidos do público – são julgados e condenados no «tribunal da opinião pública». Os alvos e os processos do «julgamento pelos *media*» podem ser muito variados, e podem ir do julgamento prévio acerca do resultado de um processo penal formal contra «desconhecidos», à perseguição sistemática de personalidades célebres e destacadas ou figuras públicas que possam ter ofendido de algum modo a moralidade comum. Há duas décadas, Katz (1987: 68) conceptualizou as

notícias sobre o crime como um recurso simbólico que «apela dramaticamente a questões que têm relevância direta para os desafios existenciais dos leitores», permitindo-lhes participar num «ritual de exercício diário da moralidade», à medida que procuram negociar a sua própria firmeza moral. Hoje em dia, e numa altura em que o *comentariat* dos meios de comunicação se afirma como árbitro moral do «interesse público», num clima de ambiguidade e de incerteza, os mesmos músculos morais dos consumidores de *media* são exercitados à medida que o «julgamento pelos *media*» destaca uma diversidade de «inimigos suscetíveis», sujeitando-os ao escrutínio e julgamento públicos (Christie, 1986).

Poderíamos contudo sugerir que apesar da sua diversidade, estes «julgamentos» partilham algumas características fundamentais, que, quando identificadas, permitem diferenciar o «julgamento pelos *media*» de outras conceptualizações da reação aos meios de comunicação, como é o caso da reação associada ao «pânico moral» (Cohen, 2002; Garland, 2008; Young, 2009). Em cada um destes casos, os meios de comunicação social comportam-se como procuradores da «opinião pública» e tentam exercer funções paralelas de «justiça» para cumprirem um papel que se pensa ir além dos interesses ou capacidades da autoridade institucional formal (ver também Machado & Santos, 2009). A esperada objetividade do processo e do jornalismo podem dar lugar à especulação sensacionalista e moralista sobre as ações e motivos dos que são acusados pelos meios de comunicação. O escrutínio judicial de «provas irrefutáveis» cede lugar à divulgação em «tempo real» de revelações, por informantes pagos, de conteúdos gerados pelos utilizadores, e de rumores e conjeturas provenientes de «fontes bem colocadas». Uma vez que os meios de comunicação social assumem o lugar da acusação, do juiz e dos jurados, os alvos destes processos podem ver-se assim numa posição sem qualquer defesa possível. A «estrutura inferencial» determina por defeito que o alvo é «culpado até prova em contrário». Uma vez cristalizada, esta estrutura inferencial assegura que o «culpado» será sujeito a uma «nomeação e denúncia» justas, seguida de condenação e ridicularização carnavalesca (ver Bahktin, 1968). Em resultado, como veremos, pode ocorrer um abalo profundo e permanente na reputação. Esta forma de condenação mediatizada é caracterizada por um «realismo grotesco» e uma «selvageria implacável» (Hutton, 2000: 30), que corresponde a uma execução pública na «sociedade do espetáculo» (Debord, 1970). A popularidade do «julgamento pelos *media*» está bem patente na crescente circulação e tráfego na Internet (Greer & McLaughlin, 2010). O nosso argumento central é, pois, que as transformações acima referidas convergiram no sentido de criar um ambiente de comunicação muito baseado em posições adversárias, volátil e interativo, no qual as autoridades e as elites têm cada vez mais de lutar

contra a corrente de opiniões nos meios de comunicação, de modo a manterem uma imagem pública positiva.

Neste clima, a «voz de elite da polícia» tem de competir continuamente, de modo a fazer-se ouvir entre uma miríade de outras vozes «credíveis», cada uma delas ansiosa por fazer valer a sua própria versão da realidade ou a sua posição em matéria de crime, justiça e policiamento. Estudos anteriores indicavam que em virtude da sua posição privilegiada na «hierarquia da credibilidade», a polícia estava em vantagem no momento de estabelecer uma «estrutura inferencial» dominante nas notícias sobre crime e justiça: em suma, por norma a polícia definia a agenda noticiosa sobre o crime. Hoje em dia, poderíamos sugerir que a posição oficial da polícia é muitas vezes uma mera reação, na tentativa de reconquistar a iniciativa e de responder a correntes de informação que estão simplesmente fora do seu controlo. Se antigamente a polícia assumia o papel de «guardião» das notícias sobre o crime (Ericson *et al.*, 1991), «patrulhando os factos», agora é apenas um «acionista das notícias sobre o crime», apenas um grupo entre vários – e de resto um grupo fragmentado – envolvido num processo contínuo e incerto de «negociação de factos». Se antes a polícia era um ator-chave no processo de «definição da agenda», agora desempenha um papel secundário num processo muito mais complexo e imprevisível de «construção da agenda» (Lang & Lang, 1983). Nas secções a seguir procuraremos esclarecer a natureza da mudança nas relações entre os meios de comunicação social e a chefia de polícia, bem como a crescente «política da indignação» dos meios de comunicação, através da análise do «julgamento pelos *media*» que marcaria o destino do comissariado de Sir Ian Blair. Mas em primeiro lugar, uma nota sobre as nossas fontes.

Fontes de dados e métodos

A análise dos meios de comunicação social apresentada neste artigo foi dividida em duas fases. A primeira fase compreendeu uma busca abrangente na base de dados LexisNexis, de modo a localizar a cobertura de imprensa relevante e a identificar os incidentes «dignos de notícia» centrais do comissariado de Blair, para uma melhor análise. Uma vez que as bases de dados como a LexisNexis retiraram ao conteúdo noticioso elementos de estilo, cor, imagens e contexto envolvente, proporcionando aos investigadores uma representação útil mas apenas parcial ou um «resíduo noticioso» (Greer, 2010), a segunda fase deste estudo compreendeu uma análise aprofundada dos itens noticiosos em cópia original em papel. Foi também usado material complementar de meios audiovisuais e *online*,

tendo-se acedido via Internet a alguns programas-chave através de serviços «a pedido». Além da análise da cobertura noticiosa, analisámos os relatórios e declarações oficiais da Autoridade de Polícia Metropolitana relacionados com o comissariado de Sir Ian Blair. Podemos usar também as autobiografias de agentes da polícia que tiveram um papel de destaque durante o mandato de Blair, incluindo Sir John Stevens (2006), Ali Dizaei (2007), Brian Paddick (2008), Andy Hayman (2009) e, claro, Sir Ian Blair (2009). Estes textos controversos possibilitaram um olhar valioso sobre as diferentes versões da realidade na Scotland Yard durante o comissariado de Blair.

A estrutura inferencial inicial:

Sir Ian Blair como o «comissário politizado»

Sir Ian Blair foi o primeiro comissário da MPS a confrontar-se com o ambiente político e mediático acima descrito. Tal como os seus antecessores, Blair teve de gerir a sua política de policiamento com o Ministério do Interior, com os inspetores militares das forças armadas da rainha – Her Majesty’s Inspectorate of Constabulary (HMIC) –, com grupos de pressão nacionais e de forças específicas da polícia, bem como com Downing Street, com o *establishment* político de Londres e grupos de pressão públicos. No entanto, a paisagem constitucional que Blair encontrou seria complicada ainda mais pela criação da Autoridade de Polícia Metropolitana (MPA, na sigla original) – que por seu lado reforçou o papel do presidente da Câmara de Londres e da Greater London Authority – e pela criação da Comissão Independente de Reclamações da Polícia (IPCC). Blair viu-se assim a braços com a necessidade de navegar numa rede política ainda pouco cartografada de interesses complexos e mediatizados.

Quando foi nomeado comissário da MPS em outubro de 2004, Blair já estava sob o radar dos meios de comunicação. Uma das suas intervenções mais notáveis nos meios de comunicação social ocorreu antes da publicação do relatório Macpherson em fevereiro de 1999, quando Blair, então chefe da Polícia do Surrey, gerou forte interesse dos meios de comunicação social ao criticar publicamente uma cultura policial reacionária. Para ele, uma reforma de base era a única solução possível, tendo expresso o seu apoio explícito às políticas do Novo Partido Trabalhista. Na altura, a imprensa especulava acerca de Blair poder vir a suceder ao comissário cessante, Sir Paul Condon. Embora tenha sido Sir John Stevens quem ocupou esse cargo em 2000, Blair tornou-se o seu comissário adjunto. Graças às suas contínuas e por vezes controversas aparições na imprensa,

Blair acabaria por criar um perfil nos *media* que seria amplamente reproduzido no período até fevereiro de 2005, altura em que assumiu a chefia da Scotland Yard. O que mais se destacava na altura era que, de um ponto de vista ideológico, Blair era substancialmente diferente do seu antecessor. Sir John Stevens era «o polícia dos polícias», que repusera o moral dos agentes depois de Macpherson, e que deixara o cargo sem que tivesse havido qualquer ataque terrorista em Londres, após o 11 de setembro. Blair, pelo contrário, vinha de fora – estudara em Oxford e tinha um ar cosmopolita, com amigos entre as celebridades e ligações na política. Era um modernizador que fazia uma análise radical das necessidades de policiamento na Grã-Bretanha de então.

Numa fase inicial o consenso na imprensa era de que a nomeação de Blair como comissário do MPS era politicamente significativa e, por conseguinte, digna de notícia. Todas as suas palavras e gestos eram submetidos ao escrutínio da imprensa. Os jornais liberais tinham grandes expectativas em relação a este chefe de polícia que não fazia parte da tradicional «cultura de cantina». O *Guardian* via com bons olhos o papel de Blair como líder de uma transformação: «o porta-estandarte de um novo tipo de polícia: reformador, integrador e orientado para a comunidade» (ver Cowan, 2005: 6; ver também Cowan, 2004; *Newstatesman*, 2005; Rose, 2005). O *Independent* (29 de outubro de 2005: 8) anunciava com destaque que «o adjunto reformador é o novo chefe da Polícia Metropolitana». Em contraste, a imprensa tabloide e conservadora mostrava-se instintivamente alarmada com o facto de o policial mais poderoso do Reino Unido não só se chamar Blair, como também pelo facto de ser um reformador liberal confesso que mostrara publicamente o seu apoio à agenda política do Novo Partido Trabalhista. Os jornais *Mirror*, *Sun*, *Daily Mail*, *Daily Star* e *Times* (28-30 de outubro de 2005) eram consistentes na sua análise: Blair era «o polícia favorito do Partido Trabalhista» e indissociavelmente ligado ao «politicamente correto». Assim, a política da nomeação de Blair foi desde o início alvo de cobertura por parte dos meios de comunicação social. O nosso estudo indica que logo que assumiu o cargo, vigorava já uma «estrutura inferencial». Os vários jornais construíam a imagem de Blair como um «comissário politizado» – «politicamente correto» na sua abordagem e «politicamente alinhado» com a agenda policial e penal do Partido Trabalhista. Alguns setores da comunicação social tinham começado já a reunir provas para um «julgamento pelos *media*», mesmo antes de Sir Ian Blair ter assumido o cargo.

O novo comissário usou as entrevistas da «primeira semana no cargo» para discutir uma série de questões penais e explicar o seu programa de reforma «Juntos», que tornaria a MPS etnicamente mais representativa, dando prioridade ao

policciamento de proximidade. Os detratores de Blair começaram por ver sinais de uma atitude «politicamente correta» quando ele gastou milhares de libras com a alteração do lema da Scotland Yard, de «Trabalhamos para uma Londres mais segura» para «Trabalhamos juntos para uma Londres mais segura», e com a mudança do corpo tipográfico, em conformidade com a lei contra a discriminação de deficientes de 1995. Os agentes das bases terão ficado furiosos com a decisão e Dominic Grieve, o procurador-geral-sombra do Partido Conservador, descreveu a sua iniciativa como «um perfeito disparate» (*Daily Telegraph*, 6 de fevereiro de 2005: 2). No entanto, a prova mais clara de que o novo comissário era um comissário de polícia «politicamente correto» (*Guardian*, 2 de julho de 2005: 9) surgiu em junho de 2005 quando um Tribunal do Trabalho decidiu que a MPS tinha discriminado racialmente três agentes brancos, a quem tinham sido aplicadas sanções disciplinares depois de terem dirigido comentários racistas a um colega. Blair, que interviera pessoalmente no caso, foi considerado responsável por 17 atos de tratamento desfavorável com base na raça, que haviam resultado na «condenação» de oficiais brancos (*Daily Mail*, 28 de junho: 1; *Daily Telegraph*, 28 de junho: 2; *Express*, 28 de junho: 6; *Sun*, 30 de junho). Numa entrevista posterior ao jornal *Guardian* (2 de julho de 2005), Blair reconheceu que a perceção de que traía colegas seus seria prejudicial e que o veredito do tribunal geraria ainda mais oposição à sua agenda de reformas. Mas recusou-se a pedir desculpas.

Para além de «politicamente correto», Blair foi acusado de ser um comissário «politicamente alinhado» e de apoiar prontamente as políticas do Novo Partido Trabalhista. Em abril de 2005, durante a campanha para as Eleições Legislativas no Reino Unido, Blair afastou a imprensa liberal e os movimentos cívicos ao apoiar a legislação contra o terrorismo do Novo Partido Trabalhista e os planos para a apresentação obrigatória do bilhete de identidade. No início desse ano, os comentadores de esquerda e de direita tinham questionado a capacidade de julgamento político de Blair quando ele declarou que os consumidores de drogas da classe média e do universo dos famosos não seriam isentos de repressão às drogas e que a MPS iria «fazer de algumas pessoas um exemplo» (*Daily Mail*, 2 de fevereiro de 2005: 15; *Express*, 5 de fevereiro de 2005: 23; *Observer*, 6 de fevereiro de 2005: 14; *Sunday Mirror*, 6 de fevereiro de 2005: 14). Quando o tabloide *Daily Mirror* (15 de setembro de 2005) imprimiu imagens na primeira página que, segundo o jornal, mostravam a modelo Kate Moss a consumir cocaína, a MPS viu-se de repente pressionada a cumprir o que Blair defendera. A história resultante da «*Cocaine Kate*» correu desordenadamente nas páginas dos jornais, ao mesmo tempo que a modelo lutava para salvar a sua carreira. Moss foi formalmente ouvida pela MPS em janeiro de 2006, mas em junho a Procuradoria da Coroa anunciou, para

embaraço da MPS, que não havia sido avançada qualquer acusação, uma vez que o caso era «impossível de julgar» (*Sunday Telegraph*, 18 de junho de 2006: 33). Em setembro de 2006 uma leva de novos contratos indicou que Moss não só sobrevivera às investigações, como ressuscitara a sua carreira de forma sensacional. Para alguns comentadores liberais, o caso deitava por terra a ideia de que Blair era progressista, uma vez que fora ele que indicara à imprensa que a MPS procurava o escalpe de alguém famoso.

No decurso de apenas alguns meses, agravara-se a relação de Sir Ian Blair com a imprensa conservadora e liberal, com a imprensa sensacionalista e com a imprensa generalista. Embora as intervenções iniciais operacionais e mediáticas do comissário tivessem sido relatadas com algumas variações pelos diferentes tipos de jornais, desde cedo começou a registar-se um consenso jornalístico em torno da sua figura como «comissário politizado». No entanto, e à medida que esta estrutura inferencial inicial se ia cristalizando, começavam já a surgir questões sobre a solidez das sensibilidades políticas do comissário. As acusações a Blair nos meios de comunicação social estavam a crescer, e o seu «julgamento pelos *media*» começava a ganhar forma.

A estrutura inferencial em desenvolvimento:

Sir Ian Blair como o «comissário operacionalmente comprometido»

O comissário foi alvo de grande consideração mediática pela forma como geriu os ataques bombistas de 7 de julho de 2005 em Londres. No dia 21 de julho, Londres seria alvo de um novo ataque, desta vez fracassado. Na tarde seguinte, a MPC convocou uma conferência de imprensa em que os meios de comunicação internacionais receberam um relatório do progresso da investigação criminal. O comissário anunciou que os agentes tinham abatido um suspeito de terrorismo na estação de metro de Stockwell. No dia 23 de julho, Blair confirmou que um homem inocente, Jean Charles de Menezes, fora abatido pelos seus agentes em circunstâncias trágicas. O episódio de Stockwell rapidamente se transformou num desastre de relações públicas em horário nobre para a MPS.

Em parte devido aos comunicados da MPS, a resposta dos meios de comunicação social e do *establishment* político foi em geral solidária: tendo em conta a dimensão do desafio que a polícia enfrenta, é compreensível a ocorrência de acidentes. Mas quando o fumo em torno do tiroteio de Stockwell se dissipou, a forma como este acidente trágico foi compreendido e noticiado nos meios de comunica-

ção mudou radicalmente. As revelações de uma série de fontes, incluindo fugas de informação no seio da polícia, indicaram que a versão dos acontecimentos dada pela Scotland Yard estava cheia de falhas. A cobertura positiva deu lugar a uma onda de críticas aos pormenores de uma história que entretanto corra o mundo. A posição da MPS na «hierarquia da credibilidade» caiu por terra no dia 16 de agosto de 2005, quando a *ITN News* divulgou de forma sensacionalista documentos da Comissão Independente de Reclamações da Polícia (IPCC, na sigla original), apresentados por um funcionário dessa instituição. Os documentos pareciam confirmar que a identificação positiva e o tiro fatal que matara Menezes fora resultado de uma série de mal-entendidos. A maioria dos jornais publicou a história nas suas primeiras páginas, aumentando o impacto visual da notícia com uma fotografia a cores de Menezes, morto numa poça de sangue no chão do comboio, uma fotografia que chegou aos jornais por uma fuga de informação. Os jornalistas deram uma ampla cobertura à campanha *Justice4Jean*, que apelava a que os agentes fossem acusados de homicídio, e a que Sir Ian Blair – que viam como o responsável pela supervisão desta execução – se demitisse. Os problemas de Blair intensificaram-se quando o IPCC decidiu levar a cabo um segundo inquérito para determinar se a desinformação da Scotland Yard teria circulado nos meios de comunicação social.

Apesar de nos meios de comunicação social correrem acusações generalizadas da culpa da MPS pela «incompetência operacional» e muito possivelmente por ter «abafado o caso», e apesar também da especulação da imprensa universal quanto ao seu futuro, o nosso estudo sugere que uma série de fatores atenuantes acabaria por reforçar a posição de Blair nessa altura. Em primeiro lugar, o primeiro-ministro, o ministro do Interior, o presidente da Câmara de Londres, a Associação de Chefes de Polícia (ACPO, na sigla original) e os políticos trabalhistas de Londres uniram-se em sua defesa. Em segundo lugar, as críticas a Blair tornaram-se mais moderadas na imprensa conservadora, em virtude do receio que grupos radicais antiguerra pudessem usar a morte de Menezes como forma de reduzir o apoio popular à «luta contra o terrorismo» na Grã-Bretanha. Em terceiro lugar, o veredito oficial – mais do que o veredito dos *media* – sobre a MPS e sobre o comissário viria a ser conhecido somente após a divulgação de uma série de inquéritos. E, por fim, não havia ainda um sucessor óbvio para Blair nessa altura. A posição de Blair fora desestabilizada mas não de forma crítica. Os acontecimentos que se seguiram estabeleceriam a estrutura inferencial dominante em torno de um comissário já então numa posição comprometida e, a nosso ver, dariam início a um implacável «julgamento pelos *media*» de Sir Ian Blair.

A estrutura de inferência dominante: Sir Ian Blair como «comissário dado a gafes»

No dia 26 de janeiro de 2006, o comissário apresentou um relatório à MPA sobre o crime em Londres um ano após a sua nomeação. Esta reunião contou com a presença da maioria dos meios de comunicação social. A MPS foi felicitada pelo seu trabalho no seguimento das prisões efetuadas aquando do homicídio de Tom Rhys Pryce, um advogado de 31 anos formado em Cambridge e que foi assassinado no decurso de um assalto no norte de Londres, no dia 12 de janeiro de 2006. Este homicídio foi imediatamente seguido da divulgação de estatísticas do Ministério do Interior que apontavam para um aumento significativo do número de assaltos nas ruas. Este facto, juntamente com a resposta emocional da noiva e da família de Rhys Pryce, alimentou as exigências dos meios de comunicação social no sentido da rápida captura dos homicidas, que tinham sido filmados por um sistema de vigilância CCTV. No contexto da preocupação pública quanto ao aumento da violência em Londres, o caso recebeu ampla cobertura nos meios de comunicação social, surgindo nas primeiras páginas dos jornais e no programa *Crime Watch* da BBC.

Ao comissário perguntou-se se os recursos disponibilizados para investigar os homicídios tinham sido influenciados pela exposição nos meios de comunicação social. À questão sobre se a MPS tinha garantido uma «resposta proporcional», o comissário respondeu (declarações disponíveis no *site* da MPA: www.mpa.gov.uk):

Estou bastante furioso. Afetamos o mesmo nível de recursos para investigar casos de homicídio de acordo com a sua dificuldade. Não é uma mera questão de recursos ou das nossas intenções. Todas as vidas são importantes. A diferença está na forma como estes casos são noticiados. Na verdade, penso que os meios de comunicação são culpados de racismo institucional pela forma como noticiam as mortes. A morte do jovem advogado foi horrível, mas um homem asiático foi arrastado até a morte, o corpo de uma mulher foi cortado em pedaços em Lewisham, um homem foi atingido na cabeça em Trident – e estes factos mereceram apenas um parágrafo na página 97. Salvo uma ou duas exceções, como foi o caso de Damiola Taylor, a notícia de homicídios em comunidades de minorias étnicas parece não interessar à imprensa generalista.

Blair afirmou que a MPS era obrigada a responder ao interesse dos meios de comunicação em casos de homicídio. E voltou a ilustrar a sua frustração com a seletividade dos meios de comunicação social, usando o seguinte exemplo:

Se olharmos para os homicídios em Soham, quase ninguém consegue compreender por que razão essa história terrível se transformou numa das maiores histórias na

imprensa britânica. Quero deixar bem claro: foi um crime terrível, ninguém sugere o contrário. Mas existem crimes terríveis que não se tornam grandes histórias na imprensa da Grã-Bretanha. Nesse mês de agosto [de 2002] Soham foi a história mais falada na imprensa.

Depois da reunião com a MPA, Blair disse aos jornalistas:

Há imensos homicídios que não recebem esse tipo de cobertura; por vezes, sim, mas outras vezes, isso simplesmente não acontece. Falando com franqueza, era um período com poucas notícias. Estávamos em agosto; e estas coisas podem ganhar grandes proporções.

O assessor de imprensa de Blair avisou que comentários como estes, que ficam registados, poderiam representar um problema (Blair, 2009), e a Scotland Yard emitiu um comunicado no final dessa tarde em que reforçava a consciência do comissário de que os homicídios de Soham tinham sido «terríveis». Mas os críticos de Blair nos *media* já estavam a escrever os títulos dos jornais: uma nova disputa racial estava prestes a envolver a Scotland Yard.

Existiam pelo menos duas histórias possíveis relacionadas com o valor noticioso da imprensa ao relatar um homicídio. Em primeiro lugar, estaria Blair de facto certo ao afirmar que as vítimas de homicídios de minorias étnicas eram menos merecedoras de cobertura noticiosa do que as vítimas de raça branca? Em segundo lugar, por que razão tinha o homicídio de Soham merecido tamanha cobertura noticiosa? Em ambos os casos Blair parecia determinado a começar uma guerra com os meios de comunicação. A resposta foi imediata: os comentários do comissário e as reações dos meios de comunicação circularam rapidamente nos *media* tradicionais e também *online*. Isto foi, segundo propomos, o início da fase decisiva do «julgamento» de Sir Ian Blair pelos *media*.

A acusação: o «escândalo de Soham»

Apesar de ambas as histórias terem merecido ampla cobertura nos meios de comunicação social, foi a «difamação de Soham» por Blair que dominou. Numa verdadeira chuva de destaques de primeira página, notícias desenvolvidas, artigos de abertura, editoriais e comentários, os *media* debateram o caso, mas a maioria condenou os comentários «incendiários» de um comissário de polícia «perturbado» que não compreendia por que razão os homicídios de Soham se tinham tornado uma notícia à escala global. Blair apareceu justaposto à icónica fotografia a cores de Holly e Jessica, lembrando a forma como tinham morrido e com

comentários indignados de vários grupos de vítimas. O subcomentário que mais circulou era de que Blair tinha de fundamentar as suas afirmações ou pedir desculpa:

O principal polícia da Grã-Bretanha perdeu a noção da realidade?

(*Daily Express*, destaque, 27 de janeiro de 2006: 10)

Porquê todo este alarido em torno de Soham, pergunta o chefe da polícia, enquanto acusa os meios de comunicação de racismo institucional. Uma declaração espantosa do chefe da Met.

(*Daily Mail*, 27 de janeiro de 2006: 1)

Porque é que Soham deu tanto que falar?, pergunta o principal polícia da Grã-Bretanha.

(*Daily Mirror*, 27 de janeiro de 2006: 17)

Polícia: Holly & Jessica – Porquê tanto alarido?

(*Daily Star*, 27 de janeiro de 2006: 12)

Chefe da Met: Porquê tanto alarido em torno de Soham.

(*Daily Telegraph*, 27 de janeiro de 2006: 1)

A difamação de Soham: Diz o *Sun*.

(*Sun*, destaque, 27 de janeiro de 2006: 6)

Porque é que Soham mereceu tanta atenção?, pergunta o principal polícia da Grã-Bretanha.

(*The Times*, 27 de janeiro de 2006: 1)

Uma defesa instintiva obrigaria a um certo nível de empenho da imprensa, no seguimento das declarações de Blair, que acusava «os meios de comunicação social de serem institucionalmente racistas». Os editores de imprensa rejeitaram explicitamente a acusação, afirmando que representava um sério erro de avaliação. O *Daily Mail*, o *Daily Express* e o *London Evening Standard* reproduziram primeiras páginas antigas noticiando os homicídios de adolescentes de minorias negras e étnicas, para *provar* que tinham dado cobertura a casos envolvendo vítimas de todas as proveniências. Houve um consenso generalizado na imprensa sobre as notícias acerca de crimes serem (necessariamente) seletivas. No entanto, Blair foi condenado por não conseguir fornecer provas que consubstanciassem as suas afirmações sobre a primazia da raça na informação. Somente os jornais liberais *Independent* e *Guardian* incluíram as afirmações de «racismo institucional» entre as suas principais notícias:

Chefe da Met rotula *media* de serem institucionalmente racistas.

(*Guardian*, 27 de janeiro de 2006: 7)

Chefe da Met acusa os *media* de racismo em casos de homicídio.

(*Independent*, 27 de janeiro de 2006: 4)

E mesmo nestes casos insistia-se em que a raça, apesar de importante, era somente um fator da determinação do valor noticioso de um dado caso de homicídio. Ambos os jornais eram explícitos no distanciamento em relação aos comentários «infelizes» de Blair sobre Soham.

Fatores agravantes: a «desculpa de Soham»

Na manhã do dia 27 de janeiro, Blair apareceu no programa *Today* da BBC Rádio 4 para esclarecer novamente a sua posição e, aparentemente, para tentar reconquistar o controlo da agenda noticiosa. Uma das perguntas feitas ao comissário foi se «acreditava que se aquelas duas raparigas, Holly Wells e Jessica Chapman, fossem negras, o caso teria sido noticiado da mesma forma». Ele afirmou que não, mas mantinha-se convicto de que os meios de comunicação social são institucionalmente racistas. Blair admitiu que «a última coisa de que preciso é de uma guerra com os meios de comunicação social. O Serviço Metropolitano de Polícia precisa dos *media* e conta com a sua ajuda na maior parte das vezes». E continuou:

Tenho obviamente de pedir desculpas a todos aqueles que estão ligados aos homicídios de Soham, nomeadamente os pais de Holly e de Jessica, por ter reacendido esta história. Não era minha intenção diminuir o significado deste crime terrível – e foi precisamente assim que o descrevi. Mas... eu estava a responder a uma pergunta sobre as diferentes respostas a diferentes homicídios, o que conduziu a uma discussão absolutamente legítima sobre a diferença entre a necessidade de investigação e o valor noticioso.

(BBC News online, 27 de janeiro de 2006; disponível em <http://news.bbc.co.uk/1/hi/england/london/4653130.stm>)

Este foi o momento «crucial» do «julgamento» de Blair pelos *media*. O comissário viu-se preso numa tempestade envolvendo os meios de comunicação social e na qual se viu obrigado a pedir desculpa publicamente e a inverter por completo os seus comentários em relação a Soham. Neste exercício de contenção de danos, a entrevista de *mea culpa* de Blair não só não conseguiu travar os meios de comunicação social, como acabaria por os incendiar. No dia seguinte

foi demonizado numa verdadeira leva de notícias de imprensa que descreviam a sua «insensibilidade grosseira» (*Daily Mail*, 28 de janeiro de 2006: 16), «inépcia» (*Daily Telegraph*, 28 de janeiro de 2006: 2) e «desprezo» (*The Times*, 28 de janeiro de 2006: 16), exclamando: «Desculpa de mau pagador: enquanto Ian Blair pede desculpa às famílias de Soham, perguntamo-nos: como pode este homem ser o polícia n.º 1 da Grã-Bretanha?» (*Daily Mirror*, 28 de janeiro de 2006: 21). O *Guardian* e o *Independent* passaram também a abordar a questão da «desculpa de Soham» em vez do racismo institucional nos meios de comunicação. No entanto, foram os artigos de opinião que mais cristalizaram o que passaria a ser a «estrutura inferencial» dominante em torno do comissário. Uma série de editoriais, rubricas e comentários centrou-se intensamente nos comentários sobre «Soham» e sobre o «racismo institucional». Numa mudança decisiva no processo de «construção da agenda», estes textos começaram também a apontar o dedo às falhas de Blair como comissário.

Num editorial do *Times* lia-se:

Sir Ian demonstrou uma infeliz tendência para fazer comentários pouco avisados, e o mais recente ocorreu ao afirmar que o interesse dos *media* pelos homicídios de Soham resultou do racismo institucional daqueles. Ele não aproveitou a oportunidade que teve na altura para pedir desculpa, fazendo-o apenas inevitavelmente depois de ler os títulos dos jornais de ontem.

(28 de janeiro de 2006)

Simon Heffer, do *Daily Telegraph*, rapidamente refutou as acusações de racismo institucional nos *media* avançadas pelo comissário, referindo-se à ampla cobertura aos casos de homicídio de Stephen Lawrence, Victoria Climbié e Damilola Taylor (28 de janeiro de 2006: 23). Heffer denunciou ainda Blair pela sua «demente retidão política», pelo seu intuito de usar a polícia «para projetos de engenharia social, mais do que para combater o crime», pela sua obsessão com «conferências de imprensa e aparições nos *media*», pela sua preocupação com «a continuidade da sua agenda política» e por a sua estrutura de comando se mostrar incapaz de «impedir que um eletricitista brasileiro inocente fosse crivado de balas da polícia no seu caminho para o trabalho» (28 de janeiro de 2006: 23). Este comissariado, insistia Heffer, «não deveria ser confiado a um homem tão disparatado, com tanta falta de tato e tão ofensivo... Antes, ele era uma anedota. Depois, passou a ser um peso. E agora é uma desgraça. Demitam-no» (28 de janeiro de 2006: 23). Na página ao lado, Vicki Woods (28 de janeiro de 2006: 24) abordava também a «difamação de Soham» e o perfil de Blair nos *media*. O comissário era descrito como «um bronco que não mede as palavras e que passou o seu primeiro

ano como chefe da Met a merecer referências de primeira página. A sua tentativa de “esclarecer” um título de primeira página, ou no caso desta semana uma notícia com dois títulos, só contribuiu para redobrar os danos» (28 de janeiro de 2006: 24).

O artigo principal do *Daily Express* expressava indignação para com o «cada vez mais excêntrico comissário da polícia» que «conseguiu insultar grosseiramente a memória das duas alunas de Soham, Holly Wells e Jessica Chapman, fabricando uma acusação sem nexos contra os *media* e acusando-os de serem “institucionalmente racistas”». Em vez de lidar seriamente com o crime, sugere o artigo, «Sir Ian devia figurar nos estudos de *media* como um fala-barato em questões do âmbito do politicamente correto e da “diversidade” e usar as palavras ponderadamente» (28 de janeiro de 2006: 23).

O seu antecessor, Lord Stevens, inspirou o respeito do público e a admiração de todos os agentes da polícia. Sir Ian, pelo contrário, tornou-se uma figura ridícula aos olhos do público, e terá sido alienado pelos membros da polícia.

(28 de janeiro de 2006: 23)

Até para os apoiantes liberais de Blair nos *media*, a «sua necessidade irresistível de conseguir os seus objetivos» estava a tornar-se uma característica habitual e perturbadora. Owen Gibson, do *Guardian*, salientou que o presidente da câmara de Londres, Ken Livingstone, e vários grupos comunitários tinham apoiado as alegações de Blair de racismo institucional nos meios de comunicação social (28 de janeiro de 2006: 4). Mas o artigo fechava com uma secção subintitulada «Outras controvérsias», onde se referia, entre outras coisas, o comportamento do comissário na sua busca de publicidade, afirmando-se que ele induzira o público a seguir o homicídio de Jean Charles de Menezes. O artigo referia ainda que Blair «politicizara» a polícia ao apoiar publicamente a agenda contra o terrorismo do Novo Partido Trabalhista. Um artigo no *Independent* (28 de janeiro de 2006: 36) insistia em que «Sir Ian, que está a desenvolver esforços consideráveis no sentido de inverter o preconceito dentro da polícia, tem o direito de pedir aos meios de comunicação social que analisem as suas próprias práticas, tal como analisam as ações da Met». No entanto, o artigo abria com uma declaração onde se dizia que «por vezes o chefe da Polícia Metropolitana, Sir Ian Blair, parece abrir a boca somente para espalhar a confusão, para inverter posições e para pedir desculpa».

Mas foi Steven Wright, do *Daily Mail*, quem introduziu o termo que seria determinante no estabelecimento da estrutura inferencial dominante em torno de Sir Ian Blair. No artigo com o título «Com desculpas não chega lá, Sir Ian», Wright questionava o futuro do comissário à luz dos comentários de Soham, dos disparos em Stockwell e das suas ligações políticas com Tony Blair.

Downing Street, que por norma apoia o homem apelidado como o polícia mais politicamente correto da Grã-Bretanha, emitiu uma declaração vaga, e uma série de agentes de alta patente da Scotland Yard afirmou que Sir Ian, uma figura dada a gafes, se estava a tornar um peso, interrogando-se se ele conseguiria manter o cargo que ocupa apenas desde fevereiro.

(*Daily Mail*, 28 de janeiro de 2006: 4)

O veredito: o comissário dado a gafes

O frenesim da imprensa diária gerou o tom e o conteúdo para a cobertura noticiosa durante o fim de semana, que se prolongaria durante a semana seguinte. O termo «gafe» foi usado por mais jornalistas e no dia 1 de fevereiro os jornais *Daily Mail*, *Independent*, *Guardian*, *Sun* e *Daily Express* tinham publicado histórias alusivas à «gafe de Soham» ou ao comissário, descrito como «propenso a gafes». Quando Blair se demitiu em outubro de 2008, todos os jornais nacionais se haviam habituado a referir-se a ele desta forma. No seguimento da controvérsia de Soham, assistiu-se a uma convergência de opiniões nas notícias dos meios de comunicação, girando todas à volta da ideia de que Ian Blair era não só um comissário politizado, mas também um peso com os dias contados. As tentativas do comissário de inverter a agenda noticiosa tinham-se virado contra ele. A sua posição «natural» na «hierarquia da credibilidade» estava a ser seriamente afetada, mesmo perante o olhar dos seus apoiantes nos *media*. A imprensa tinha pleno controlo da agenda noticiosa e falava com uma voz cada vez mais coerente e consensual. A «estrutura inferencial» dominante cristalizava-se agora em torno de Sir Ian Blair. A construção inicial que os meios de comunicação fizeram de Blair como comissário «politizado», e depois como comissário «operacionalmente comprometido», foi consolidada e ainda suplantada por um «estatuto predominante»: *o do comissário «dado a gafes»*.

O nosso estudo indica que a cristalização de um vocabulário comum nos meios de comunicação social criou o enquadramento em que as futuras atividades do comissário seriam ordenadas e interpretadas como «notícia». Além disso, esse vocabulário oferecia aos jornalistas um meio de contextualização histórica e ainda uma forma de interpretar as palavras e os atos passados de Blair. A caricatura indefetível de Blair como «dado a gafes» estabeleceu uma estrutura inferencial *dominante*, no âmbito da qual incidentes isolados anteriores podiam agora ser revisitados, relacionados e representados como uma narrativa essencializadora, com espaço aberto a futuros desenvolvimentos. Os jornalistas procuravam também algo que pudesse fazer tropeçar o comissário. Os jornais, num espetro

político transversal, bem como os polícias e os políticos, convergiram em torno de uma questão que anulava a legitimidade: «Quando é que Sir Ian Blair, tão dado a gafes, abandona o cargo?»

A sentença: «inapto para o cargo» – Blair tem de sair

No final de 2006, os títulos de imprensa declaravam que o comissário «dado a gafes» não só estava rapidamente a perder o apoio político de todos os partidos, como perdera o controlo sobre a MPS, e era cada vez mais alvo de insatisfação das bases. A Federação da Polícia Metropolitana, que representa cerca de 25 mil agentes em Londres, fora instada pelo vice-comissário (e sucessor de Blair como comissário), Sir Paul Stephenson, para que emitisse uma declaração pública de apoio ao comissário. A Federação recusou e seguiu-se uma série de *briefings* não oficiais que pareciam confirmar que Blair estava «na mira» do seu próprio pessoal (*Daily Mail*, 3 de fevereiro de 2006: 13). A natureza das fugas de informação de agentes insubordinados indicava que a Scotland Yard estava devastada por conflitos de personalidade mais rancorosos do que em qualquer série de ficção policial. O tão celebrado programa de reformas «Juntos» de Blair não sobrevivera ao seu primeiro ano no cargo. Outros relatórios revelavam que, apesar de o comissário ter recebido o apoio do primeiro-ministro Tony Blair, a sua «gafe de Soham» levava três deputados conservadores a assinar uma moção de apelo à sua demissão, exigindo ainda que «pusesse fim à sua “autopublicidade insensata”» (*Daily Mail*, 3 de fevereiro de 2006: 13). A construção de Blair na imprensa ilustra bem o que pode acontecer quando se verifica uma convergência entre as políticas dos meios de comunicação metropolitanos, as políticas partidárias e ainda as políticas da polícia:

Está na hora de Sir Ian Blair abandonar a Met?

(*Daily Express*, 30 de janeiro de 2006: 45)

Estará Sir Ian em condições de ser chefe de polícia?

(*Daily Mail*, 30 de janeiro de 2006: 17)

Como é que este idiota se tornou comissário?

(*Sun*, 30 de janeiro de 2006: 19)

O polícia número um da Grã-Bretanha enfrenta revolta de 140 dos seus oficiais seniores.

(*Daily Mirror*, 31 de janeiro de 2006: 1)

Disparatado, arrogante e sem noção da realidade... Vai ter de sair; Exclusivo chefe da Met enfrenta golpe de agentes enfurecidos.

(*Daily Mirror*, 31 de janeiro de 2006: 5)

Deputados pedem a cabeça do principal polícia.

(*Daily Mirror*, 31 de janeiro de 2006: 18)

Agentes pedem demissão de Sir Ian.

(*Times*, 31 de janeiro de 2006: 2)

Deputados querem demissão de Sir Ian.

(*Daily Mirror*, 1 de fevereiro de 2006: 13)

Deputados querem que o comissário de polícia Blair seja demitido.

(*Daily Express*, 1 de fevereiro de 2006: 2)

A tarefa mais difícil para o chefe da Met será justificar as suas ações no tribunal da opinião pública.

(*Financial Times*, 1 de fevereiro de 2006: 8)

Não seja paranoico, Sir Ian, mas eles querem apanhá-lo.

(*Guardian*, 1 de fevereiro de 2006: 30)

Policar Londres: Porque Blair não deve sair.

(*Guardian*, 1 de fevereiro de 2006: 32)

Chefe da Met tem de sair por gafe de Soham, dizem os Tories.

(*Independent*, 1 de fevereiro de 2006: 6)

Até mesmo o *Guardian* parecia emitir mensagens contraditórias, insistindo que Blair «não devia sair», mas avisando que devia «rever a estratégia» para sobreviver às forças que o iriam tirar do cargo (*Guardian*, 1 de fevereiro de 2006). Um oficial sénior do MPS terá afirmado: «Não podemos ter outro episódio destes. Não podemos ter um comissário que é visto como um palerma e ridicularizado» (*Guardian*, 1 de fevereiro de 2006: 30). Apesar de Blair ter mantido o cargo de comissário do MPS durante mais dois anos, a «gafe de Soham» e o que se lhe seguiu levou a uma escalada dos ataques por parte dos meios de comunicação social. O que se seguiria seria um período prolongado de aniquilação simbólica por parte dos meios de comunicação social, que incansavelmente previam e exigiam a sua saída. A estrutura inferencial dominante estabelecida pelo «julgamento pelos *media*» de Blair ganhava coerência e ritmo, numa altura em que a saída do comissário «dado a gafes» se tornou – pelo menos aos olhos da imprensa – uma questão de tempo.

A demissão do comissário «dado a gafes»

A eleição inesperada de Boris Johnson do Partido Conservador e o afastamento de Ken Livingstone como presidente da câmara de Londres em maio de 2008 vieram agravar ainda mais os problemas políticos de Blair e terão determinado muito provavelmente o seu destino de três formas inter-relacionadas. Em primeiro lugar, Johnson era uma figura mediática e muito capaz em política dos meios de comunicação social. Em segundo lugar, o novo presidente da câmara afirmara publicamente que Blair deveria ser afastado do cargo. Em terceiro lugar, tinham-lhe sido atribuídos novos poderes legislativos para assumir a chefia da Autoridade Policial Metropolitana. Johnson foi rapidamente sujeito a pressão por parte dos críticos de Blair, no sentido de exercer os seus poderes municipais. Começaram a circular histórias segundo as quais a nova administração conservadora de Londres estava a explorar a possibilidade constitucional de afastar um comissário. Blair continuou a resistir aos apelos cada vez mais fortes à sua demissão, e pelo menos publicamente desconsiderou a especulação contínua de que o seu apoio político se estava a esgotar. Esta atitude gerou ainda mais ataques à recusa de Blair de se demitir e ao Governo por se recusar a afastá-lo. Um Blair desafiador mas politicamente isolado permanecia no cargo, mas não no poder.

Após dois anos de ataques imparáveis nos meios de comunicação social a uma série de «gafes» de relações públicas e operacionais, a demissão teria lugar no dia 2 de outubro de 2008. No dia em que o *Daily Mail* publicou uma história de primeira página com acusações de irregularidades financeiras por parte do comissário, este convocou uma conferência de imprensa e anunciou a sua saída perante muitos dos mesmos jornalistas que tinham «supervisionado» o seu imparável «julgamento pelos *media*». Numa comunicação cuidadosamente preparada, defendeu que a decisão de se demitir não era sua e que a sua expectativa era terminar o mandato. Blair defendeu a sua obra, insistindo:

Demito-me não devido a falhas no meu serviço e não por causa das pressões do cargo e das muitas histórias em torno do mesmo. Estou a demitir-me no interesse das pessoas de Londres e do Serviço da Polícia Metropolitana.

(*Sky News*, 2 de outubro de 2008)

Sem o apoio do presidente da câmara de Londres, explicou Blair, o seu comissariado não era viável.

A reação política imediata seria maioritariamente contra Blair. Enquanto o Partido Conservador e os Democratas Liberais acolheram de bom grado a decisão, os apoiantes políticos de Blair criticaram Boris Johnston e a imprensa de

direita pelo que viam como um homicídio político que desestabilizaria o MPS. Estabeleceram-se comparações com o modo como o presidente da câmara de Nova Iorque, Giuliani, afastou o comissário da Polícia de Nova Iorque, Bill Bratto, o responsável pelo «milagre do crime» de Nova Iorque (*Guardian*, 3 de outubro de 2008). Os comentários e as análises não se pouparam a pormenores acerca da dramática «queda sobre queda» de Blair. Os editoriais do *Daily Mail*, *Daily Mirror*, *Sun*, *Daily Express* e *Daily Telegraph* foram cáusticos referindo-se ao caso como uma «libertação», enquanto o *Times* e o *Independent* se limitaram a avaliações vagas. Apenas o *Guardian* lamentou a saída de Blair, apesar de até mesmo o seu editorial admitir que a posição de Blair se tinha tornado politicamente insustentável. Ainda que a incidência em muitos meios de comunicação fosse para a forma como os disparos de Stockwell tinham paralisado o comissariado de Blair, isto seria contextualizado em torno da sua capacidade infinita de cometer «gafes» que provocavam a indignação da imprensa e exigiam desculpas públicas. A litania de «gafes» de Blair era referida vezes sem conta e com extremo detalhe. Havia uma visível sensação de triunfalismo entre certos jornalistas, que aplaudiram o presidente da câmara pela destituição de Blair. A conclusão destes jornalistas era a de que ele próprio provocara a sua queda: tratava-se de um ofensor em série, incapaz de aprender com os seus erros, mas graças a uma imprensa crítica e livre tinha-se feito finalmente justiça. Até mesmo os comentadores que em geral simpatizavam com a agenda de Blair, embora alarmados com a atitude do presidente da câmara, que passara por cima dos acordos constitucionais em matéria de responsabilidade policial, reconheceram o impacto desestabilizador das suas relações públicas e as suas «gafes» operacionais. Ainda que de modo parcialmente relutante, assistiu-se a um consenso claro na imprensa: ele tinha de sair.

O quadro 1 apresenta uma síntese da cronologia da imprensa nacional acerca do comissariado propenso a gafes de Sir Ian Blair.

Quadro 1 – Sumário do registo noticioso, na imprensa nacional,
do comissariado de um Sir Ian Blair «dado a gafes»

	<i>Daily Mail</i>	<i>Daily Mirror</i>	<i>Daily Star</i>	<i>Daily Telegraph</i>	<i>Guardian</i>	<i>Independent</i>	<i>The Times</i>
Fevereiro de 2005: Blair gasta milhares de libras a mudar o <i>slogan</i> da MP de «Trabalhar para uma Londres mais segura» para «Trabalhar juntos para uma Londres mais segura», e a mudar o logótipo em conformidade com a lei contra a discriminação de deficientes de 1995.				√			
Fevereiro de 2005: Blair promete um reforço da repressão contra os consumidores de droga da «classe média», mostrando-se preocupado com o facto de a cocaína se ter tornado «socialmente aceitável».		√					√
Abril de 2005: Blair apoia publicamente planos para apresentação obrigatória do bilhete de identidade, o que conduz a acusações de parcialidade a favor dos trabalhistas, em vésperas de eleições gerais.				√		√	√
Junho de 2005: Tribunal de Trabalho declara inocentes três oficiais brancos de comportamento racista contra colega asiático, afirmando que a intervenção pessoal de Blair levaria a que fossem apontados a dedo.				√			
Julho de 2005: Blair é ridicularizado na imprensa depois de ser fotografado usando turbante e empunhando uma espada religiosa numa visita à comunidade sique na zona leste de Londres.				√			
Julho de 2005: Atentado em Londres provoca 52 mortes e fere centenas. Blair é elogiado pela sua resposta inicial.	√			√	√	√	√
Julho de 2005: Jean Charles de Menezes morto a tiro após o ataque bombista falhado em 21 de julho em Londres. Blair enfrenta pressão para renunciar perante alegações de ter mentido e enganado o público sobre esta morte.	√	√	√	√	√	√	√

	<i>Daily Mail</i>	<i>Daily Mirror</i>	<i>Daily Star</i>	<i>Daily Telegraph</i>	<i>Guardian</i>	<i>Independent</i>	<i>The Times</i>
Setembro de 2005: Blair inicia uma investigação que terá custado 250 mil libras, no seguimento do alegado episódio de Kate Moss a usar cocaína exposto pelo <i>Daily Mail</i> . Moss nunca foi acusada, tendo os procuradores afirmado aos detetives que nunca conseguiriam provar se essa droga era de categoria A ou B.		√					
Outubro de 2005: Surgem acusações de que Blair teria ordenado pessoalmente a negação do acesso de investigadores independentes ao episódio dos tiros da polícia contra Menezes.		√		√			
Novembro de 2005: Blair faz <i>lobby</i> junto dos deputados para que apoiem as propostas do governo trabalhista, no sentido de deter suspeitos de terrorismo por 90 dias sem acusação, resultando em acusações de estar a politizar o Gabinete do Comissário.	√	√			√	√	
Janeiro de 2006: Blair suscita «escândalo de Soham» e as «desculpas de Soham»; acusa os meios de comunicação social de racismo institucional no relato das mortes, o que resulta em mais pedidos para que Blair se demita.	√	√	√	√	√	√	√
Março de 2006: Blair admite gravação secreta de conversas telefónicas, nomeadamente com o então procurador-geral, Lord Peter Goldsmith.	√	√	√	√	√	√	√
Maio de 2006: Blair afirma uma operação para apreender cartazes exibidos pelos manifestantes antiguerra em Westminster. Custo: 7200 libras. Mais tarde é sugerido que o custo terá sido de 27 000 libras.					√		
Junho de 2006: Ataque antiterrorista falhado em Forest Gate, Londres, leva a disparo não fatal contra homem inocente. Dois presos muçulmanos libertados sem acusações. Reclama-se ainda a demissão de Blair. Presidente da câmara e primeiro-ministro mantêm o seu apoio a Blair.	√		√	√	√		

	<i>Daily Mail</i>	<i>Daily Mirror</i>	<i>Daily Star</i>	<i>Daily Telegraph</i>	<i>Guardian</i>	<i>Independent</i>	<i>The Times</i>
Agosto de 2006: Blair afirma que os londrinos se sentem agora mais seguros do que 25 anos antes, e que os habitantes de Haringey já nem precisam de trancar as portas. Seguem-se críticas generalizadas.	√	√		√	√		
Outubro de 2006: Blair forçado a explicar por que razão um agente da polícia muçulmano foi dispensado de guardar a embaixada israelita em Londres depois de ter levantado objeções «por razões morais».				√			
Janeiro de 2007: Mulher polícia muçulmana recusa-se a apertar a mão a Blair numa parada «por motivos religiosos».				√			
Março de 2007: Blair acusado de exagerar o seu papel em 1975 durante o cerco a Balcombe Street e de que as suas alegações de ter sido baleado por terroristas do IRA não são verdadeiras.		√		√	√		
Outubro de 2007: Blair nega ter discutido com o vice-comissário Paul Stephenson sobre a questão do seu bónus de 25 000 libras – Stephenson disse que iria renunciar ao seu bónus no seguimento de disputas sobre salários dos agentes; Blair, supostamente, alegou que se sentia inclinado a fazer o mesmo.		√		√			
Novembro de 2007: Relatório independente sobre a morte de Menezes considera a MPS culpada por desrespeitar normas de higiene e segurança, e que Blair alegou que o tiroteio estava «diretamente ligado» a operações antiterroristas, mesmo depois de colegas terem divulgado que o homem podia ser inocente.	√	√	√	√		√	√
Novembro de 2007: Blair rejeita voto de «não-confiança» da Assembleia de Londres, depois de conseguir manter o apoio do presidente da câmara de Londres, Ken Livingstone.	√	√		√			
Dezembro de 2007: Blair envia cartões de Natal a funcionários, sem qualquer referência aos tiros contra Menezes, e diz: «Mais um ano de muitos sucessos para a Met.»				√			

	<i>Daily Mail</i>	<i>Daily Mirror</i>	<i>Daily Star</i>	<i>Daily Telegraph</i>	<i>Guardian</i>	<i>Independent</i>	<i>The Times</i>
Junho de 2008: Diretor do Ministério Público acusa Blair de criar mal-entendidos no caso das leis de drogas depois de ter afirmado que a CPS deveria ter acusado Kate Moss de posse de cocaína.		√					
Junho de 2008: O comissário assistente Tarique Ghaffur afirma que a MPS travou a sua promoção por questões raciais, acusando Blair de favorecer agentes brancos nas promoções em detrimento de candidatos negros e asiáticos.	√	√	√	√	√	√	√
Julho de 2008: A Autoridade de Polícia exige que Blair compareça perante uma comissão de inquérito no seguimento da atribuição de contratos de TI no valor de três milhões de euros a uma empresa gerida por um amigo pessoal, Andy Miller, isto apesar de a proposta rival ser três vezes inferior.	√		√	√	√	√	√
Agosto de 2008: Blair pode enfrentar investigação relativa ao alegado encobrimento de corrupção no homicídio da agente Nisha Patel-Nasri em 2003, quando Blair estava à frente da unidade anticorrupção da MPS.	√				√		
Setembro de 2008: Novas pressões no caso de Menezes depois de um inquérito ter concluído que o brasileiro não era suspeito de terrorismo 20 minutos antes de os agentes da MPS o matarem a tiro.			√	√	√		
Outubro de 2008: É tornado público que a empresa Impact Plus, de Andy Miller, terá recebido mais de 15 000 libras no âmbito de «contrato de vaidade» para aconselhar Blair quanto à sua estratégia de comunicação e estilo de liderança.				√			

Conclusão

Determinar até que ponto o «julgamento pelos *media*» de Sir Ian Blair em horário nobre resultou diretamente na sua demissão está fora do âmbito da nossa análise. Blair tornou-se um peão numa luta política entre um partido conservador reemergente, que pressionava no sentido de uma reforma radical do policiamento e do controlo da criminalidade, e um governo do Novo Partido Trabalhista desacreditado e em desintegração. Se não tivesse havido um realinhamento político inesperado nas eleições para a câmara de Londres em 2008, Blair poderia ter completado o seu comissariado. O nosso objetivo neste artigo foi desenvolver um quadro teórico para investigar o modo como as esferas interligadas da política dos meios de comunicação social, da política partidária e da política da polícia convergiram para criar um processo de mediatização no qual o mais alto cargo da polícia britânica seria publicamente ridicularizado e perseguido por uma imprensa cada vez mais antagonica.

O «julgamento» de Sir Ian Blair pelos *media* estabeleceu uma «estrutura inferencial» que deu aos jornalistas e ao público um quadro coletivo e um vocabulário comum para ordenar e compreender as palavras e os atos do comissário, dizimando ao mesmo tempo a sua posição «natural» na «hierarquia da credibilidade» nos *media*. Com meticoloso detalhe, ele foi (des)construído como um peso organizacional que perdera o seu poder na Scotland Yard, perdera o respeito das bases e esgotara o apoio político dos vários partidos. Com o tempo, o repertório jornalístico de palavras e imagens que viriam a constituir o «principal estatuto» de Blair na esfera pública criaram a figura de um comissário «politizado», «operacionalmente comprometido» e «dado a gafes».

A nossa investigação indica que o «julgamento pelos *media*» de Blair fez mais do que meramente retirar legitimidade ao comissário, traçando um quadro do «tipo» de comissário e de filosofia que é aceitável na Grã-Bretanha contemporânea e demonstrando o poder da crescente «política da indignação» dos meios de comunicação social. Vários segmentos da imprensa mostraram o seu antagonismo para com Blair pelo que ele representava – uma marca muito particular de polícia «politicamente correto» numa altura em que os conservadores e os comentadores nos tabloides exigiam para uma Grã-Bretanha «em decadência» uma resposta mais centrada na «lei e na ordem». Por fim, porém, até mesmo os apoiantes de Blair consideraram a sua posição indefensável. Para os críticos, a saída do «polícia favorito do Novo Partido Trabalhista» foi uma vitória, mas um «julgamento pelos *media*» exigia mais do que uma demissão: para demonstrar inequivocamente a supremacia dos meios de comunicação social no tribunal da opinião pública, Blair

tinha de ser ridicularizado e humilhado publicamente. Os jornais utilizaram a mesma imagem de um comissário derrotado e que perdera a sua influência, obrigado a anunciar a sua demissão vestido como um civil: despojado de cargo, de uniforme e, aos olhos dos críticos dos *media*, de dignidade. «Inapto para o cargo» foi o veredito dos meios de comunicação social, evidenciado por uma sucessão cíclica de cronologias e imagens que ilustrarão para sempre o seu comissariado «dado a gafes».

Antes de a sua nomeação como novo comissário do MPS ter sido confirmada, Sir Paul Stephenson foi alvo de intenso escrutínio pelos *media*, que questionaram a sua proximidade a Blair e o seu papel na investigação de fugas de informação do Ministério do Interior, que resultaram na prisão de um político conservador. Por fim, e em forte contraste com o que aconteceu com outros candidatos, Stephenson recebeu o apoio condicional da imprensa conservadora e tabloide como uma alternativa bem-vinda a Blair e um campeão reconhecido do «policimento de senso comum». Quando assumiu o cargo em janeiro de 2009, Stephenson distanciou-se imediatamente da filosofia de policiamento de Blair e da sua predileção pelos *media*:

Sir Ian Blair fez as coisas à sua maneira e eu fui um adjunto fiel. Agora vou fazer as coisas à minha maneira. Não quero ser aborrecido. Não quero ser um entusiasta. E não quero ser uma celebridade. Não quero ser um chefe de polícia que as pessoas vão seguir por mera curiosidade. O meu objetivo é ser um chefe de polícia de topo, à frente de um dos serviços de polícia mais importantes do mundo.

(*Evening Standard*, 28 de janeiro de 2009: 12)

[tradução de José Gabriel Andrade]

NOTAS

- ¹ Os «homicídios de Soham» foram um dos casos mais falados no Reino Unido. Duas raparigas de 10 anos, Holly Wells e Jessica Chapman, foram assassinadas em agosto de 2002 por Ian Huntley, um auxiliar da escola. As buscas iniciais pelas alunas desaparecidas divulgaram-se à escala global enquanto história de imprensa. Um inquérito oficial feito mais tarde criticaria fortemente a polícia pelas suas falhas neste caso.

Versões anteriores deste artigo foram apresentadas na British Society of Criminology Seminar Series, LSE, na All Souls Criminology Seminar Series, na Universidade de Oxford, e na Sociology Seminar Series, da Universidade de Southampton. Os autores gostariam de agradecer aos participantes nos seminários e aos revisores anónimos deste artigo, pelos seus comentários úteis.

A versão final e definitiva deste artigo – «Trial by Media: Policing, the 24-7 News Mediasphere, and the Politics of Outrage» – foi publicada em *Theoretical Criminology*, vol. 15 (1), 23-46, fevereiro de 2011, por SAGE Publications Ltd. Todos os direitos reservados. © Greer & McLaughlin, 2010. (<http://online.sagepub.com>)

BIBLIOGRAFIA

- BAHKTIN, M. (1968), *Rabelais and His World*, Boston, MA: MIT Press.
- BARNETT, S. (2002), «Will a Crisis in Journalism Provoke a Crisis in Democracy», *Political Quarterly* 73(4): 400-408.
- BECK, U. (2006), «Living in the World Risk Society», *Economy and Society* 35(3): 329-345.
- BECKER, H. (1967), «Whose Side Are We On?», *Social Problems* 14(3): 239-247.
- BLAIR, I. (2009), *Policing Controversy*, Londres: Profile Books.
- BRATTON, W. (1998), *Turnaround: How America's Top Cop Reversed the Crime Epidemic*, Nova Iorque: Random House.
- CHERMAK, S.; WEISS, A. (2005), «Maintaining Legitimacy Using External Communication Strategies: An Analysis of Police–Media Relations», *Journal of Criminal Justice* 33(5): 501-512.
- CHIBNALL, S. (1977), *Law and Order News: An Analysis of Crime Reporting in the British Press*, Londres: Tavistock.
- CHRISTIE, N. (1986), «Suitable Enemy», in H. Bianchi e R. van Swaaningen (eds.), *Abolitionism: Towards a Non-Repressive Approach to Crime*, pp. 43-54. Amesterdão: Free University Press.
- COHEN, S. (2002), *Folk Devils and Moral Panics* (3.^a ed.), Londres: Routledge.
- COWAN, R. (2004), «Race on for Top Yard Job as Stevens Quits», *Guardian*, 9 de julho, p. 7.
- COWAN, R. (2005), «Command Performance», *Guardian* (Society Guardian Section), 6 de fevereiro, p. 6.
- DEBORD, G. (1970), *The Society of the Spectacle*, Londres: Black and Red.
- DEUZE, M. (2008), «Liquid Journalism and Monitorial Citizenship», *International Journal of Communication* 2: 848-865.
- DIZAEI, A. (2007), *Not One of Us*, Londres: Sceptre Books.
- DOGAN, M.; SEID, M. (eds.), (2005), *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians*. Nova Iorque: Brill.
- ERICSON, R.; HAGGERTY, K. (1997), *Policing the Risk Society*, Toronto: University of Toronto Press.
- ERICSON, R.; BARANEK, P. M.; CHAN, J. (1989), *Negotiating Control: A Study of News Sources*, Toronto: University of Toronto Press.
- ERICSON, R.; BARANEK, P.; CHAN, J. (1991), *Representing Order: Crime, Law and Justice in the News Media*, Toronto: University of Toronto Press.
- FENTON, N. (2009), *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age*, Londres: Sage.
- FUKUYAMA, F. (2000), *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, Nova Iorque: Diane.

- GARLAND, D. (2008), «On the Concept of Moral Panic», *Crime, Media, Culture: An International Journal* 4(1): 9-30.
- GIDDENS, A. (1991), *Modernity and Self-Identity*, Cambridge: Polity Press.
- GREER, C. (2010), «News Media Criminology», in E. McLaughlin; T. Newburn (eds.), *The Sage Handbook of Criminological Theory*, pp. 490-513, Londres: Sage.
- GREER, C.; McLAUGHLIN, E. (2007), «How Trial by Media is Redefining Justice», *Guardian*, 13 de setembro, p. 41.
- GREER, C.; McLAUGHLIN, E. (2010), «We Predict a Riot: Public Order Policing, New Media Environments and the Rise of the Citizen Journalist», *British Journal of Criminology* 50(6): 1041-1059.
- GROCHOWSKI, T. (2002), «Tabloid Effect in the OJ Simpson Case: The *National Enquirer* and the Production of Crime Knowledge», *International Journal of Cultural Studies* 5(3): 336-350.
- HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, Londres: Macmillan.
- HALLORAN, J.; ELLIOTT, P.; MURDOCK, G. (1970), *Demonstrations and Communication: A Case Study*, Harmondsworth: Penguin.
- HASTINGS, M. (2007), «I Hang My Head in Shame at What My Trade Has Made of the McCann Story», *Guardian*, 13 de setembro. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2007/sep/10/comment.pressandpublishing>
- HAYMAN, A. (2009), *The Terrorist Hunters*, Londres: Bantam Books.
- HUTTON, W. (2000), «Never Mind the Facts, Let's Have a Scandal», *Observer*, 15 de outubro, p. 30.
- JENKINS, S. (2006), «Trial by Media Is a Serviceable Variant of the Medieval Ordeal», *Guardian*, 17 de março, p. 34.
- KATZ, J. (1987), «What Makes Crime News?», *Media, Culture and Society* 9(1): 47-76.
- LANG, G.; LANG, K. (1983), *The Battle for Public Opinion*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- LANG, K.; LANG, G. (1955), «The Inferential Structure of Political Communications: A Study in Unwitting Bias», *Public Opinion Quarterly* 19(2): 168-183.
- LINKLATER, M. (2007), «Meredith or Madeleine: It's Trial by Media», *Sunday Times*, 14 de novembro. Disponível em http://www.timesonline.co.uk/tol/comment/columnists/magnus_linklater/article2865988.ece
- LLOYD, J. (2004), *What the Media Are Doing to Our Politics*, Londres: Constable.
- LOADER, I.; MULCAHY, A. (2001a), «The Power of Legitimate Naming. Part I: Chief Constables as Social Commentators in Post-War England», *British Journal of Criminology* 41(1): 41-55.
- LOADER, I.; MULCAHY, A. (2001b), «The Power of Legitimate Naming. Part II: Making Sense of the Elite Police Voice», *British Journal of Criminology* 41(2): 252-265.

- MACHADO, H.; SANTOS, F. (2009), «The Disappearance of Madeleine McCann: Public Drama and Trial by Media in the Portuguese Press», *Crime, Media and Culture* 5(2): 146-167.
- MCLAUGHLIN, E. (2007), *The New Policing*, Londres: Sage.
- MANNING, P. K. (2001), «Theorising Policing: Drama and Myth of Crime Control in the NYPD», *Theoretical Criminology* 5(3): 315-344.
- MARATEA, R. (2008), «The E-Rise and Fall of Social Problems: The Blogosphere as a Public Arena», *Social Problems* 55(1): 139-160.
- MARR, A. (2010), «End of the News Romantics». Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-10634304>
- MAWBY, R. C. (2002), «Continuity and Change, Convergence and Divergence: The Policy and Practice of Police–Media Relations», *Criminal Justice* 2(3): 303-324.
- MAWBY, R. (2010), «Chibnall Revisited: Crime Reporters, the Police and «Law-and-Order News»», *British Journal of Criminology* 50(6): 1060-1076.
- MILNE, K. (2005), *Manufacturing Dissent: Single-Issue Protest, the Public and the Press*, Londres: Demos.
- New Statesman* (2005), «Between Police and Politics», Editorial, 21 de novembro.
- PADDICK, B. (2008), *In the Line of Fire*, Londres: Simona & Schuster.
- PAVLIK, J. (2008), *Media in the Digital Age*, Nova Iorque: New York University Press.
- PROTESS, D.; COOK, F.; DOPPELT, J.; ETERMA, J.; GORDON, M.; LEFF, D.; MILLER, P. (1991), *The Journalism of Outrage: Investigative Reporting and Agenda Building in America*, Nova Iorque: Guildhall Press.
- REINER, R. (2000), *The Politics of the Police* (3.ª ed.), Oxford: Oxford University Press.
- ROSE, D. (2005), «The Observer Profile: Sir Ian Blair: A Fair Cop», *Observer*, 23 de janeiro, p. 27.
- SABATO, L. (1993), *Feeding Frenzy: How Attack Journalism Has Transformed American Politics*, Nova Iorque: Free Press.
- SABATO, L.; STENCEL, M.; LICHTER, S. (2000), *Peep Show: Media and Politics in an Age of Scandal*, Nova Iorque: Rowman & Littlefield.
- Schlesinger, P.; TUMBER, H. (1994), *Reporting Crime: The Politics of Criminal Justice*, Oxford: Clarendon.
- STEVENS, J. Sir (2006), *Not for the Faint Hearted*. Londres: Phoenix Books.
- THOMPSON, J. B. (2000), *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*, Cambridge: Polity.
- WILLIAMS, B. A.; DELLI CARPINI, M. X. (2000), «Unchained Reaction: The Collapse of Media Gatekeeping and the Clinton–Lewinsky Scandal», *Journalism* 1(1): 61-85.
- YOUNG, J. (2009), «Moral Panic: Its Origins in Resistance, Ressentiment and the Translation of Fantasy into Reality», *British Journal of Criminology* 49(1): 4-16.